

# COMO ESTUDAR A REVOLTA DOS MACABEUS: DIRECIONAMENTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS<sup>1</sup>

How to study the Macabeus Revolt: theoretical, historical and methodological directions

*Dr<sup>ando</sup> Willibaldo Ruppenthal Neto<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente artigo visa a apresentar direcionamentos teóricos, históricos e metodológicos para o estudo da Revolta dos Macabeus, apresentando não somente a história da pesquisa deste assunto, mas também o estado atual da mesma, destacando tanto os principais assuntos abordados atualmente como ainda os vários mecanismos e instrumentos que podem auxiliar o pesquisador, a exemplo das fontes literárias, da numismática, da epigrafia e até mesmo a consulta de papiros.

**Palavras-chaves:** Revolta dos Macabeus. Judaísmo. Judeus. Período helenístico. História Antiga.

## ABSTRACT

This article aims to present theoretical, historical and methodological orientations for the study of the

1 O presente artigo é parte de minha dissertação de mestrado em História pela UFPR, defendida em 2018, com modificações.

2 Doutorando em História (UFPR). Mestre e graduado em História (UFPR). Membro discente do NEMED/UFPR. Bacharel em Teologia (FABAPAR). Professor da FABAPAR. E-mail: willibaldoneto@hotmail.com

Maccabean Revolt, presenting not only the history of the research of this subject but also the current state of the same, highlighting both the main subjects currently covered and the various mechanisms and instruments which can help the researcher, such as literary sources, numismatics, epigraphy and even papyrus consultation.

**Keywords:** Maccabean Revolt. Judaism. Jews. Hellenistic Period. Ancient History.

Há mais de dois mil anos, a história judaica foi marcada por um evento que, apesar de ter ocorrido na pequena Judeia, teve enormes proporções: a Revolta dos Macabeus. Apesar desta revolta ter tido como principal objetivo a liberdade política da Judeia, que se encontrava sob o domínio do Império Selêucida<sup>3</sup>, resultou também em algo muito maior – a consolidação da identidade cultural judaica. Assim, se por um lado a revolta de fato alcançou sua meta, devolvendo aos judeus sua liberdade política – que acabou durando, porém, apenas algumas décadas<sup>4</sup> –, por outro lado também se tornou um símbolo para todos os judeus, não somente da Antiguidade mas também dos dias de hoje. Afinal, até hoje a Revolta dos Macabeus não é somente lembrada mas também comemorada pelos judeus<sup>5</sup>, estando viva em seus corações e firme em suas mentes.

3 O Império Selêucida foi uma monarquia dinástica estabelecida a partir de Seleuco, general de Alexandre, o Grande, que herdou parte de seu império com sua morte. Esta dinastia, que se estabeleceu especialmente na Síria e durou de 312 a 63 a.C., contou com trinta gerações de reis e uma extensão que chegou a ir da Ásia Menor até à Índia, ao Leste, e até o Egito, ao Sul. A respeito do Império Selêucida, cf. MUSTI, 1984, p. 175-220; HABICHT, 2006, p. 174-242; KOSMIN, 2014.

4 A liberdade política da Judeia não durou muito tempo, uma vez que a Judeia foi conquistada pelos romanos em 63 a.C. Sendo assim, considerando-se a cronologia de 1 Macabeus, segundo a qual a liberdade política foi alcançada no ano 170 S.E., ou seja, em 142 a.C., a independência da Judeia durou cerca de 79 anos ou, em perspectiva judaica, menos de duas gerações (de 40 anos).

5 Ainda hoje os judeus não somente se recordam da Revolta dos Macabeus mas também comemoram sua vitória através da Festa de Hanuká. Cf. DORAN, 2006, p. 99.

Levando-se em conta, portanto, a importância desta revolta, não é nenhuma surpresa o grande número de pesquisas sobre a mesma. Dentre estas, certamente os estudos de Elias J. Bickerman (1897-1981) – um estudioso russo (nascido na atual Ucrânia) que migrou para a Alemanha, França, Estados Unidos e Israel<sup>6</sup> –, foram particularmente importantes<sup>7</sup>, estabelecendo as bases para pesquisas posteriores, como as do também russo Victor Tcherikover (1894-1958) e do alemão Martin Hengel (1926-2009), cuja obra *Judentum und Hellenismus*, publicada em 1969, foi um verdadeiro divisor de águas.<sup>8</sup> Nas últimas décadas, porém, novas pesquisas têm aberto novas questões, como a tese de Robert Doran, *Temple Propaganda*<sup>9</sup>, que explicitou o caráter propagandístico de 2 Macabeus e a centralidade do Templo no relato, os estudos de Jan Wilhelm van Henten, que têm indicado a importância dos mártires nos relatos da revolta<sup>10</sup>, e o livro de Sylvie Honigman, *Tales of High Priests and Taxes*, publicado em

6 As diferentes nacionalidades de Elias J. Bickerman explicam as diferentes grafias de seu nome em suas publicações: em publicações francesas, p.e., seu nome aparece como Elie Bickerman, e em publicações alemãs, como Elias Bickermann.

7 Segundo Shaye J. D. Cohen (1984-1985, p. 1), Bickerman foi “um dos maiores classicistas do século XX”, cuja erudição compreendia “praticamente todos os aspectos da antiguidade greco-romana”. No que diz respeito ao estudo da Revolta dos Macabeus, sua obra *Der Gott der Makkabäer*, publicada em 1937, denominada como “revolucionária” por Morton Smith (1983, p. xvii), é ainda hoje uma das grandes referências, assim como suas outras pesquisas e artigos também se fazem importantes. Para a referida obra, cf. BICKERMAN, 2007, v. 2. Para os demais artigos, cf. BICKERMAN, 2007, v. 1.

8 Segundo Fergus Millar (2007, p. 67), esta obra é, ao lado do livro *Ptolemaic Alexandria* (1972) de P. M. Fraser, “a contribuição mais importante para a história do mundo helenístico” desde a obra *Social and Economic History of the Hellenistic World* (1941) de M. I. Rostovtzeff. Este livro rendeu diversas resenhas e respostas, dentre as quais destacamos as seguintes: FELDMAN, 1977; MILLAR, 2007; GRABBE, 2002.

9 Esta tese, composta para obtenção do grau de ThD pela Harvard Divinity School, apresentada em 1977, foi publicada em 1982 pela editora Catholic Bible Association, como parte da coleção *Catholic Bible Quarterly Monograph Series*. Atualmente, a questão aberta por Doran já foi trabalhada em outras pesquisas, como a de József Zsengellér (2007).

10 Cf. esp. VAN HENTEN, 1997. Em outros estudos, porém, Van Henten pesquisou a importância da nobre morte no contexto helenístico (VAN HENTEN, 2005; 2007; VAN HENTEN; AVEMARIE, 2002), e ainda outros aspectos do livro de 2 Macabeus (VAN HENTEN, 2003; 2013).

2014, que aprofundou as ideias de helenismo e judaísmo dentro de 2 Macabeus.

Recentemente, porém, uma nova pergunta reacendeu o debate a respeito da revolta: “Quando surgiu o judaísmo?”. Assim, buscando responder a esta pergunta apareceram obras inovadoras, como o livro *The Beginnings of Jewishness*, de Shaye J. D. Cohen, publicado em 1999, e mais recentemente a obra *The Origin of the Jews*, de Steven Weitzman, publicada em 2017. Se a primeira obra (de Cohen) identificou o período helenístico como o contexto formador da identidade judaica, a segunda obra (de Weitzman) criticou a pretensão de se estabelecer um marco inicial (“origem”) para o judaísmo. Mas, será que de fato sugerir um marco inicial para o “judaísmo”, como conceito, implica aferir uma origem única para todo aquele que se considere judeu, ou ainda na construção de um “mito de origem”? Enquanto Cohen parece distinguir as duas coisas, Weitzman não, e de fato tratar sobre a identidade de um grupo tão particular e ao mesmo tempo tão plural, como é o caso dos judeus, resulta em dificuldades evidentes dentre as quais esta é somente a primeira.

Afinal, tratar sobre identidade judaica, levando-se em conta o questionamento que esta identidade tem enfrentado<sup>11</sup>, a tensão permanente no conflito com a Palestina<sup>12</sup>, e mesmo a força latente mas ainda existente do antijudaísmo<sup>13</sup>, certamente

11 O ponto mais questionado da identidade judaica parece ser seu aspecto religioso, de modo que, como indicado por Yedidia Z. Stern (2017, p. 4), “os últimos 250 viram uma diminuição significativa na centralidade do componente religioso da identidade judaica”, que tem experimentado uma “secularização”.

12 Segundo David Landy (2011), há um crescimento nos movimentos a favor dos direitos dos palestinos que alcança até mesmo grande parte dos judeus fora de Israel, principalmente na América do Norte, Austrália e Europa. Tais movimentos não somente questionam as políticas do Estado de Israel em relação à Palestina, mas também representam a própria identidade judaica.

13 Se evita aqui o uso do termo “antissemitismo”, preferindo-se “antijudaísmo”, uma vez que se compreende aquele como inadequado. Cf. GEIGER, 2008. Segundo Emilio Gabba (1989, p. 636), o antijudaísmo é um fenômeno originário do Egito, em decorrência da controvérsia entre judeus e egípcios. A respeito do desenvolvimento do antijudaísmo na Antiguidade, cf. GABBA, 1989; FALBEL, 2006. Tal “antijudaísmo”, apesar de ter surgido

não é algo simples. Ao mesmo tempo, porém, parece mais do que nunca algo necessário, especialmente quando se considera nosso contexto de profunda globalização, no qual a imigração é a questão central da política internacional. Esta necessidade, porém, não deve ser proveniente da intenção prévia de legitimação de uma opinião, teoria ou partidarismo<sup>14</sup>, mas do esclarecimento de uma questão histórica que muitas vezes fica enuviada por conta de ideologias, cuidados extremados e mesmo preconceitos, que têm obscurecido a pesquisa histórica: a formação da identidade judaica.

Não se trata de negar que a “operação historiográfica” tenha pressupostos ou mesmo “lugares” nos quais o historiador se encontra, como Michel de Certeau não nos deixaria esquecer<sup>15</sup>, mas se trata de buscar olhar para além das tendências aos extremismos e generalizações. Afinal, se, por um lado, a historicidade da formação da identidade judaica tem sido escondida por uma espécie de “mito de origem”<sup>16</sup>, por outro lado parece ter sido utilizada como argumento para o questionamento desta mesma identidade<sup>17</sup>, taxada como algo “artificial”. Entre defesas

---

na Antiguidade, se concretizou em inúmeros momentos históricos, como nas Cruzadas e no Holocausto nazista. Hoje, mesmo que tal sentimento preconceituoso não apareça concretizado como outrora, se encontra ainda como uma força latente, que não deve ser negada nem ignorada.

14 Não se trata de definir o que é a identidade judaica, pois isto seria, certamente, algo no mínimo autoritário e imprudente. Afinal, como lembra Bernardo Sorj (2008, p. 323), não “existe alguma definição de ser judeu que seja melhor que outra, superior ou inferior, capaz de se impor e excluir a outra”.

15 No capítulo “A operação historiográfica” de sua obra *A escrita da história*, Michel de Certeau (2008, p. 65-119) indicou que toda pesquisa histórica passa por uma “operação historiográfica”, na qual o historiador necessariamente se encontra em determinados “lugares” sociais, econômicos, políticos, e culturais, que, mesmo que não definam a pesquisa de forma absoluta, lhe restringem e direcionam em grande medida.

16 Para uma crítica à busca de mitos de origem para o judaísmo, cf. WEITZMAN, 2017, p. 1ss.

17 O maior ícone na utilização da historicidade da construção da identidade judaica a fim de questioná-la é, atualmente, o historiador Shlomo Sand (1946- ), professor de história da Universidade de Tel Aviv, e autor de diversos livros que têm como intuito explicitar o caráter histórico da identidade judaica, indicando sua construção (“invenção”), a exemplo de *A invenção do povo judeu* (São Paulo: Benvirá, 2011), *A invenção da terra de Israel* (São

e ataques, o tema está envolto em uma aura de tensão e conflito, transformando-se hora em arma, hora em pedra de toque. É necessário que a pesquisa histórica olhe para além dos pressupostos, a fim de evitar estas posições exageradas.

Estudar a Revolta dos Macabeus, portanto, implica tocar em questões de conflito, não somente da Antiguidade, mas também do tempo presente: conflitos de identidades, terras, religiões e Estados.<sup>18</sup> Nem por isso, porém, se deve recuar na pesquisa, pois, mesmo que nem sempre esteja em evidência, o conflito é uma possibilidade sempre presente em toda e qualquer questão política. Afinal, a política é, como bem definiu Karl Jaspers, “uma tensão entre dois polos: a violência possível e a livre coexistência”.<sup>19</sup> E não é preciso ser o maior historiador do mundo para perceber qual destas duas se mostrou a grande tendência ao longo da história da humanidade! No caso dos judeus na Antiguidade, porém, o conflito não é somente uma tendência, mas é também a sua grande marca: conflitos externos e internos, religiosos e sociais, econômicos e culturais, marcam a história do judaísmo, e dão a cor com que os judeus são pintados pelos demais povos. Afinal, mais do que pela sua religião, os judeus eram lembrados pelos gregos e romanos por conta de suas rebeliões, que não foram poucas. Sendo assim, a Revolta dos Macabeus se insere numa história de lutas e conflitos, na qual é uma den-

---

Paulo: Benvirá, 2014) e *Como deixei de ser judeu* (São Paulo: Benvirá, 2015).

18 Como bem indicado por Albert I. Baumgarten, isto pode ser percebido na pesquisa de Elias J. Bickerman, cujas pesquisas sobre o judaísmo antigo estavam completamente relacionadas à sua situação de vida: sendo um verdadeiro judeu de Diáspora, migrando da Rússia para a Alemanha, de lá para a França, depois para os Estados Unidos e por fim para Israel, Bickerman pode ter buscado na antiguidade uma apresentação mais positiva dos judeus da Diáspora e mesmo dos judeus “helenizadores”, contrastando com a negativa imagem que o sionismo costumava apresentar, indicando estes como meros assimiladores de ideias e culturas estrangeiras e até mesmo como traidores do judaísmo. Cf. BAUMGARTEN, 2007; 2010a; 2010b; 2012.

19 JASPERS, 2010, p. 66.

tre várias revoltas empreendidas contra o poder estrangeiro<sup>20</sup>, servindo como verdadeiro padrão para as revoltas posteriores e como ícone sempre reafirmado da identidade judaica.

Tais revoltas judaicas, porém, mesmo que importantes, se davam somente por uma parte dos judeus, que se encontrava na Judeia, ou por grupos em pequenos focos. A grande maioria dos judeus<sup>21</sup>, no entanto, morava fora de sua pátria, espalhados pelo Mundo Mediterrânico no que ficou conhecido como “Diáspora”<sup>22</sup>, convivendo não somente com outros judeus, mas também com pessoas de diversas culturas, fazendo suas vidas em locais como a Síria, o Egito, a Mesopotâmia, a Ásia Menor, o Mar Egeu, e mesmo onde atualmente é a Grécia e a Itália. Assim, pode-se afirmar com Erich S. Gruen que a experiência judaica na Antiguidade “foi majoritariamente uma experiência de Diás-

20 Somente contra os romanos os judeus empreenderam três grandes revoltas: a Grande Revolta Judaica, de 66 a 73 d.C., que culminou inclusive na destruição do Templo de Jerusalém, a Guerra de Kitos, entre 115 e 117 d.C., e a Revolta de Bar Kokhba, entre 132 e 135 d.C. A Revolta dos Macabeus não somente serviu de símbolo para as revoltas posteriores, mas também contribuiu na construção de uma identidade judaica de resistência, a qual favoreceu o surgimento não somente de grupos revoltosos contra o poder estrangeiro, a exemplo dos zelotes, mas também gerou, indiretamente, as revoltas contra Roma. Sobre os grupos revoltosos judaicos, cf. HORSLEY, 2004; HORSLEY; HANSON, 2013.

21 Segundo Geza Vermes, estima-se que a população judaica na Palestina do século I d.C. girava entre 500 mil e 1 milhão de pessoas, sendo mais provável os valores entre 500 mil e 600 mil habitantes. Cf. VERMES, 2013, p. 69-70. Os “grandes” grupos judaicos não eram, portanto, tão numerosos: segundo Josefo, haviam cerca de 20 mil sacerdotes (Ap., 21.108) e 4 mil essênios (AJ, 18.20), por exemplo. Apesar de Josefo não ser a fonte mais confiável para valores numéricos, estes números podem ser contrastados com outros dados indicados pelo mesmo autor: somente em Alexandria, 50 mil judeus teriam morrido em um massacre (Bell. Jud., 2.497), e em Damasco, 10.500 (Bell. Jud., 2.561). Também fala de 8 mil judeus em Roma contrários ao sucessor de Herodes (Bell. Jud., 2.80), 4 mil jovens judeus que foram deportados para Sardenha (AJ, 18.83-84; cf. Tácito, Ann., 2.85; Suetônio, Tib., 36), e uma população de 3 mil judeus somente em Cirene (Bell. Jud., 7.445). Também, se Josefo indica que haveriam 120 mil judeus no Egito no séc. III a.C., Filo de Alexandria (In Flacc., 43) fala de mais de 1 milhão para o séc. I d.C.

22 Este termo, que provém do grego (διασπορά), significa originalmente “divisão”, “dispersão”, e tem sido utilizado historicamente para se referir à mobilidade forçada empreendida sobre os judeus, expulsando-os da Judeia, assim como para as comunidades judaicas que se formaram pelo mundo, fora da Judeia, tanto no passado como hoje. A respeito dos judeus na Diáspora no período helenístico, cf. BARCLAY, 1996.

pora”<sup>23</sup>, de modo que 2 Macabeus é particularmente importante por servir como propaganda de uma revolta empreendida na Judeia para os judeus da Diáspora. Mas, o que foi exatamente a Revolta dos Macabeus?

Segundo a tradição judaica, a Revolta dos Macabeus foi uma insurreição dos judeus contra o Império Selêucida que durou cerca de 25 anos, de 167 até aproximadamente 141 a.C.<sup>24</sup>, quando a Judeia alcançou a liberdade política. Segundo esta mesma tradição, a revolta teria sido resultante de uma série de medidas repressoras estabelecidas por Antíoco IV Epifânio<sup>25</sup>, rei dos selêucidas, pelas quais diversos costumes judaicos, como a circuncisão<sup>26</sup> e o sábado<sup>27</sup>, foram proibidos<sup>28</sup>. Mesmo que os judeus estivessem sob domínio estrangeiro desde 597 a.C., quando Jerusalém foi conquistada pelo Império Babilônico<sup>29</sup>, nunca teria havido tal repressão contra os judeus como quando sob Antíoco

23 GRUEN, 2004, p. vii.

24 Há quem indique o ano de 160 a.C. como o encerramento da Revolta dos Macabeus por ser a data da morte do seu principal líder, Judas Macabeu, que dá nome à revolta. Acontece, porém, que seus irmãos Jônatas e Simão dão continuidade à revolta, culminando no estabelecimento do Estado judaico governado pelos sumo sacerdotes da dinastia dos Asmoneus em 141 a.C., tendo Simão como primeiro sumo sacerdote e monarca.

25 Antíoco IV (215-164 a.C.), cognominado “Epifânio”, foi rei do Império Selêucida de 175 até 164 a.C., ano em que morreu. Filho de Antíoco III, o Grande, sucedeu a seu irmão, Seleuco IV, quando o filho de deste, Demétrio I, se encontrava cativo em Roma. A respeito de Antíoco IV Epifânio, cf. MØRKHOLM, 1989; 1966; GAFNI, 2000; 2007; MITTAG, 2013; BARRY, 1910.

26 A circuncisão é estabelecida biblicamente como o símbolo da aliança entre Deus e Abraão (Gn 17), que deveria marcar seus descendentes, de geração em geração. Sobre a importância da circuncisão na constituição da identidade judaica, cf. RUPPENTHAL NETO; FRIGHETTO, 2018.

27 O preceito judaico de guardar o último dia da semana (sábado) mediante o descanso, shabāt (שַׁבָּת), é um dos elementos fundamentais da Lei dos judeus (Torá), estando presente não somente nos Dez Mandamentos (Êx 20.8-11), mas também sendo reafirmada em Deuteronômio (Dt 5.12-15; cf. Êx 31.14-15; 34.21; Lv 19.3), assim como por Jeremias (Jr 17.19-27) e Neemias (Ne 10.31; 13.15-22). Trata-se de uma regra tão sagrada que o livro de Números relata que um homem chegou a ser morto por apanhar lenha no dia de sábado (Nm 15.32-36).

28 A respeito destas medidas de Antíoco IV, cf. DORAN, 2011; GRUEN, 1993; WEITZMAN, 2004.

29 Uma vez que os registros babilônicos não descrevem a destruição de Jerusalém, a datação provém de fontes bíblicas (Jeremias, Ezequiel e 2 Reis). Cf. YOUNG, 2004.

Epifânio. Este rei, portanto, se destacou em relação a todos seus antecessores, sejam do Império Selêucida, do Império Ptolomai-co, do Império Persa<sup>30</sup>, ou ainda do Império Babilônico<sup>31</sup>, uma vez que teria não apenas reprimido os judeus, mas verdadeiramente perseguido seus costumes e práticas, chegando inclusive a obrigar que os judeus comessem carne de porco<sup>32</sup>, que era proibida pela Lei judaica<sup>33</sup>, sentenciando os desobedientes à morte. Mesmo com tal proibição real, certo número de judeus teria permanecido nas práticas de seus ancestrais, participando na força de resistência da revolta, ou até mesmo morrendo nas mãos do soberano. É assim que as fontes judaicas apresentam a Revolta dos Macabeus, indicando-a, na linguagem de 2 Macabeus, como uma defesa do próprio “judaísmo”.

Tão importantes quanto a Revolta dos Macabeus, portanto, são os relatos a respeito desta revolta, que não somente mantêm viva a lembrança desta, mas também estabelecem as linhas da memória coletiva<sup>34</sup>, indicando *o que* deve ser lembrado e *como* deve ser lembrado. Afinal, todo relato implica seleção, na escolha do que deve ser lembrado, e criação, na formulação de como deve ser lembrado.

Neste sentido, o livro de 2 Macabeus é particularmente importante, uma vez que traça elementos fundamentais pelos

30 Segundo o relato bíblico, apesar de um persa chamado Hamã ter intencionado o massacre dos judeus, por conta do ódio que tinha por Mardoqueu (Et 3.6), o rei persa Assuero não leva seus planos adiante, e acaba por castigar o próprio Hamã.

31 Segundo o relato do livro de Daniel, o rei babilônico Nabucodonosor teria obrigado todos os seus súditos a adorarem a uma estátua de ouro que fizera (Dn 3). Tal medida ia contra a proibição judaica de adoração a outros deuses ou imagens (Êx 20.3-5), mas não foi uma medida direcionada ou mesmo restrita para os judeus, como foi a de Antíoco.

32 Cf. 2 Mac 6-7.

33 Cf. Lv 11.1,7-8,24; Dt 14.8; Is 66.17.

34 Como bem lembra Mark S. Smith (2006, p. 190-191), pode-se pensar que “a Bíblia não só registra fato ou ficção, história ou literatura (geralmente distinções modernas de considerável valor e dificuldade)”, mas, ao invés disso, “muitos textos bíblicos poderiam ser caracterizados melhor como constituindo o registro da memória cultural de Israel” (SMITH, 2006, p. 191).

quais a Revolta ficará posteriormente conhecida. Afinal, mesmo que não seja considerado um livro sagrado do judaísmo, não fazendo parte da Bíblia Hebraica<sup>35</sup>, o livro de 2 Macabeus integrou a Septuaginta (LXX), a primeira tradução de textos religiosos judaicos para o grego. Mas, de que forma a Revolta é apresentada em 2 Macabeus? Foi, segundo o autor do livro, um combate de resistência do “judaísmo” contra a cultura grega imposta, ou seja, contra o “helenismo”. Haveria, portanto, oposição entre gregos e judeus, entre a cultura pagã de imposição, dos dominadores estrangeiros, e a cultura judaica de resistência, do povo daquela terra. Mas, será que de fato a Revolta dos Macabeus foi uma oposição de culturas? Será que foi uma defesa dos valores judaicos frente à imposição da cultura grega, tal como é apresentado em 2 Macabeus?

Esta ideia de 2 Macabeus é uma das maiores influências na formulação da ideia de “helenização”, bastante presente e recorrente na historiografia. Normalmente, compreende-se “helenização” como “a difusão da cultura grega no mundo antigo, sob Alexandre Magno e seus sucessores”, principalmente a partir de medidas estabelecidas por estes, como lembram Funari e Grillo.<sup>36</sup> Segundo esta proposta, portanto, a “helenização” seria uma medida dos gregos sobre os orientais, impondo-lhes sua cultura<sup>37</sup>, ou seja, seria como uma “política deliberada de um poder político”.<sup>38</sup> Algo muito próximo, portanto, da ideia que a

35 A Bíblia Hebraica, ou Tanakh (תנ"ך), é o conjunto de escritos sagrados judaicos, que acompanha em boa medida o Antigo Testamento (protestante), tendo os mesmos livros que este, porém apresentando-os em ordem diferente, estando divididos em três partes: Tôrah (הַתּוֹרָה), “a Lei”, Neví'im (בְּיַיִמִּים), “os Profetas”, e Ketûvim (בְּסֻפְרֵי), “os Escritos”. Sobre a Bíblia Hebraica, cf. GREENSPAHN, 2011, p. 62-63.

36 FUNARI; GRILLO, 2014, p. 206.

37 A “helenização” como uma imposição, sendo compreendida como uma “simples e unilateral difusão de influências gregas”, tem sido utilizada pela historiografia não somente para explicar o período helenístico (pós-Alexandre) mas também a colonização grega anterior, no período Arcaico, como lembra Ivan Vranić. Cf. VRANIĆ, 2014, p. 33.

38 MAIRS, 2013, p. 3124. Como bem indicado por Greg Woolf, a romanização parece ter resultado não somente de uma política de romanização por parte do Império, mas

tradição judaica transmitiu juntamente com a causa da revolta, como defesa judaica frente à helenização de Antíoco Epifânio.

Esta perspectiva, porém, carece de revisão<sup>39</sup>, como fica claro a partir do próprio relato de 2 Macabeus, que parece contrariar seu argumento: relatando sobre o processo que culminou na Revolta, o autor de 2 Macabeus admite que a “helenização” teria partido de Jasão, um judeu, e não dos estrangeiros no poder, de modo que este *solicita* ao rei Antíoco para que estabeleça mudanças em Jerusalém. Não cabe aqui, portanto, a ideia clássica de “helenização” como uma medida por parte dos gregos, sendo necessária uma profunda revisão. Segundo Rachel Mairs, esta revisão pode ser feita com base na tão importante e abundante crítica recente ao conceito de “romanização”.<sup>40</sup> Afinal, também neste caso trata-se de um termo um tanto quanto insatisfatório, não somente porque “privilegia implicitamente uma noção de influência cultural unidirecional”<sup>41</sup>, mas também porque “implica que pessoas e suas culturas foram influenciadas passivamente e

---

também das respostas das elites locais ao domínio romano, indicando um par paradoxal de diversidade e unidade na romanização. Cf. WOOLF, 1990 [esp. p. 351-352]. O mesmo parece valer para a helenização em 2 Macabeus, que se apresenta tanto em medidas políticas do poder dominante, a exemplo de Antíoco (2 Mac 6), enquanto resposta da elite local à dominação selêucida, com as medidas de Jasão (2 Mac 4).

39 A revisão do conceito de “helenização” tem se dado não somente a partir da influência de tradições historiográficas críticas como a descolonização e o marxismo (cf. MOMIGLIANO, 1970, p. 153), mas também nos estudos de casos específicos, como na Judeia, Síria e Babilônia. Enquanto o caso da revisão a partir da Babilônia contou com principalmente com os estudos de Susan Sherwin-White e Amélie Kuhrt, o caso da Síria teve como principais referências as pesquisas de Fergus Millar.

40 MAIRS, 2013, p. 3124. O conceito de “romanização” surgiu no século XIX, utilizado pela primeira vez por Theodore Mommsen (alemão: Romanisierung), para indicar a proeminência do latim no Ocidente Romano, estando relacionado ao Reich alemão. Cf. FUNARI; GRILLO, 2014, p. 209. Mais tarde, o conceito é utilizado por Francis Haverfield e Ramsay MacMullen a fim de explicar a influência dos romanos sobre os povos por estes conquistados, numa lógica de superioridade equiparada ao poder britânico (Haverfield) e americano (McMullen). O conceito, porém, passou a ser criticado, principalmente por influência dos estudos pós-coloniais. Sobre a ascensão e declínio do conceito de romanização, cf. HINGLEY, 2010, p. 27-48.

41 MAIRS, 2013, p. 3124.

modificadas pelos gregos e pelo modo de vida grego”.<sup>42</sup> As pesquisas históricas, porém, têm trazido à tona uma realidade completamente diferente: assim como se pode perceber a influência de elementos culturais gregos nas culturas nativas, também se percebe o inverso: a influência das culturas nativas nas expressões culturais gregas. Assim, por exemplo, mesmo que fossem de cultura grega, os reis ptolomaicos se adaptaram à tradição egípcia<sup>43</sup>, assim como os reis selêucidas à tradição babilônica.<sup>44</sup> Não houve, portanto, um processo unidirecional, dos gregos aos bárbaros, nem vertical, dos “dominadores” aos “dominados”. A realidade foi muito mais fluida e complexa.

Uma alternativa para se repensar o conceito de “helenização” tem sido, conforme Grillo e Funari, a aplicação dos modelos de *aculturação* e *interação* a esta ideia. Afinal, na perspectiva da *aculturação*, “procura-se verificar o impacto da difusão cultural sobre os receptores e, em particular, como estes se formaram hierarquicamente aos difusores”<sup>45</sup>, ou seja, elimina-se, neste caso, a passividade dos nativos à cultura grega<sup>46</sup>, enquanto na

42 MAIRS, 2013, p. 3124.

43 Em seu estudo de doutoramento sobre o Egito Ptolomaico, p.e., Júlio Gralha indicou o uso de elementos da cultura egípcia faraônica pelos Ptolomeus, a fim de legitimarem seu poder. Cf. GRALHA, 2009.

44 Cf. GRABBE, 2002, p. 59-60. Susan Sherwin-White lembra que os “Selêucidas ativamente exploraram o sistema” da tradição monárquica babilônica, que tanto concedia direitos ao soberano como também lhe impunha responsabilidades, de modo que “a realeza [babilônica] e os rituais associados a esta deram tanto ao rei como a seus súditos uma estrutura para operarem” (SHERWIN-WHITE, 1987, p. 9). Cf. SHERWIN-WHITE, 1987, p. 8-9; 28-29. Aparentemente, a relação entre tradição babilônica (rituais e valores simbólicos babilônicos) e a monarquia selêucida se deu principalmente com Antíoco I (cf. KUHRT, 1987, p. 51), sendo o Cilindro de Borsippa a mais forte evidência. Cf. KUHRT; SHERWIN-WHITE, 1991. Cf. também SHERWIN-WHITE, 1983; KUHRT, 1987, p. 52, 55-56; AUSTIN, 2006, nº 189; AUSTIN, 2005, p. 126.

45 GRILLO; FUNARI, 2014, p. 207-208.

46 O conceito de *aculturação* foi utilizado, p.e., por Uriel Rappaport, que define “helenização” da seguinte forma: “O termo helenização designa um processo de *aculturação* pelo qual o comportamento, costumes, cultura, crenças, normas sociais e éticas, etc., de uma pessoa ou um grupo pode ser afetado pelo helenismo; ou seja, pelo tipo de cultura grega que se difundiu pelas terras as quais ficaram sob domínio de Alexandre, o Grande” (RAPPAPORT, 1992, p. 1). Ainda mais relevante, porém, é o trabalho de Édouard Will e

perspectiva da *interação* buscam-se “as trocas entre as culturas envolvidas”<sup>47</sup>, ou seja, impede-se que a ideia de “helenização” seja concebida em formato unidirecional.<sup>48</sup> Utilizando-se da lógica da aculturação, portanto, pode-se perceber a realidade para além das aparências em 2 Macabeus, uma vez que, se, por um lado, o livro coloca o helenismo como uma imposição política tanto de Jasão (2 Mac 4.7-20) como de Antíoco (2 Mac 5.15-6.11), por outro permite que este seja compreendido a partir de uma tendência dentro da própria população judaica: há, independentemente da ação de Jasão ter sido uma imposição<sup>49</sup>, um “tal ardor de helenismo e tão ampla difusão de costumes estrangeiros” (2 Mac 4.13) entre os próprios judeus que o conceito de “helenização” – enquanto um processo imposto de cima por uma autoridade política – se mostra insatisfatório. O caso judaico, portanto, se analisado pela lógica da aculturação, serve para fortalecer a ideia de Rachel Mairs segundo a qual “ao invés de se focar na helenização como um processo imposto de cima por uma autoridade política”, se deve antes “examinar os aspectos específicos da cultura grega que uma população adotou, o

---

Claude Orrieux, que trabalha sobre esta perspectiva no estudo da relação entre judaísmo e helenismo. Cf. WILL; ORRIEUX, 1986.

47 GRILLO; FUNARI, 2014, p. 208.

48 Como lembram Grillo e Funari, as pesquisas atuais têm indicado que não houve “uma resposta uniforme” (FUNARI; GRILLO, 2014, p. 208) à interação com a cultura grega. A “interação” entre gregos e judeus, ou seja, a relação entre estes em ambas as direções, foi apontada em diversas obras, p.e.: RAJAK, 2001; FELDMAN, 1993; MORRISON, 2004; GARCÍA MARTÍNEZ; LUTTIKHUIZEN, 2003. Cabe também destacar a definição de Vasile Babota de “helenização” como “a interação em vários níveis (político, cultural, econômico, religioso e outros) entre os greco-macedônios e outros povos”, de modo que “esta interação frequentemente se deu nos dois sentidos” (BABOTA, 2014, p. 48). Esta interação se dava também “em vários níveis entre judeus e a população não-grega helenizada” (BABOTA, 2014, p. 48). Tessa Rajak foi uma das grandes referências na busca por uma “nova lógica” de se pensar a “helenização”, defendendo a ideia de “um processo de mão-dupla, não apenas uma questão de culturas nativas sendo imbuídas com a grega” (RAJAK, 2001, p. 64).

49 O próprio fato de que a propagação do helenismo se deu na Judeia por obra de Jasão e não das autoridades selêucidas já é digno de nota, sendo enfatizado pela lógica da aculturação.

contexto no qual o fizeram, e as motivações que exerceram”.<sup>50</sup> Também, mediante a lógica da interação, pode-se pensar, p.e., na pretensão do autor de 2 Macabeus de influenciar a interpretação estrangeira e mesmo grega sobre a Revolta dos Macabeus – mesmo que o público alvo principal do livro tenha sido os judeus –, uma vez que cada vez mais os olhares gregos recaíam sobre os judeus e sua cultura.<sup>51</sup>

Tanto pela aculturação como pela interação, portanto, se pode perceber os limites do tradicional conceito de “helenização” como algo imposto e unidirecional. É mais legítimo (i.e., condiscente com a realidade histórica), conceituar “helenização” de outras formas<sup>52</sup>: 1) *helenização* como a situação geral do Oriente após Alexandre, na qual se formou um “mundo helenístico” que foi marcado tanto pela permanência quanto pela transformação de elementos culturais gregos e nativos<sup>53</sup>; 2) *helenização* como um fenômeno cultural complexo<sup>54</sup>, composto por elementos culturais resultantes tanto de fontes gregas como orientais, não sendo nem grego nem oriental, mas algo heterogêneo, expresso de formas variadas em suas diferentes expressões locais; 3) *helenização* como a adesão e apropriação de práticas culturais gregas por indivíduos orientais, que nem por isso perderam suas

50 MAIRS, 2013, p. 3123.

51 Como bem indicaram Biazotto e Funari (2015, p. 249), Arnaldo Momigliano buscou demonstrar em sua obra *Alien Wisdom* (1975) que a expansão territorial grega teve como consequência a observação dos bárbaros por parte dos gregos, de modo que vieram a valorizar os mesmos por sua “sabedoria bárbara” (*alien wisdom*).

52 Cf. GRABBE, 2002, p. 56. Como lembra Lester Grabbe, parece haver “várias formas legítimas pelas quais ‘helenização’ pode ser usado” (GRABBE, 2002, p. 56). Utilizamos aqui as três formas propostas por Grabbe, mas com consideráveis alterações. Cf. GRABBE, 2002, p. 56-57.

53 A helenização “não foi somente a adoção de costumes gregos pelos habitantes do antigo Oriente Próximo ou de costumes orientais por gregos que se estabeleceram no Oriente” (GRABBE, 2002, p. 62), mas também a transformação destes elementos em uma lógica de fusão e difusão.

54 Como lembra Grabbe, “helenização” representa tanto um processo como a descrição de um tipo de cultura. Cf. GRABBE, 2002, p. 62. Justamente por isso optamos pela ideia de “um fenômeno cultural complexo”, ou seja, ao mesmo tempo um processo cultural e seu resultado como uma cultura específica, mesmo que “heterogêneo, expresso de formas variadas em suas diferentes expressões locais”.

identidades nativas.<sup>55</sup>

Isto não quer dizer, porém, que 2 Macabeus não pretenda apresentar a helenização (denominada “helenismo”) como uma imposição radical, vertical e unidirecional, mas antes que, em sua apresentação desta concepção, o autor deixa à mostra os vestígios de uma realidade muito mais fluida e complexa.<sup>56</sup> Sendo assim, Eric M. Meyers está correto quando afirma que o helenismo não precisa ser visto “tanto como um conflito ou confronto entre duas culturas, mas como a intersecção da cultura e língua gregas com uma cultura nativa”.<sup>57</sup> O mesmo vale para a própria Revolta dos Macabeus, que não precisa ser vista como “um conflito ou confronto entre duas culturas”, tal como é apresentada pelo autor de 2 Macabeus, até porque este livro contém dentro de si uma “intersecção da cultura e língua gregas com uma cultura nativa”, não somente por ter sido escrito em grego, mas também porque, dentro dele, sua narrativa, seus heróis, e até mesmo o “judaísmo”, são apresentados de um modo grego, a partir dos elementos próprios da cultura helenística. Sugerem-

55 Mesmo os judeus “helenizados” não parecem ter rejeitado a designação de “judeu”, de modo que, ser “helenizado” não implicava necessariamente deixar de ser judeu. Cf. GRABBE, 2002, p. 65. Tanto Jasão como Menelau, apesar de serem em grande medida abertos às influências gregas, foram sumos sacerdotes dos judeus e da própria religião judaica, mesmo que o autor de 2 Macabeus tenha afirmado que Jasão era um “ímpio e de modo algum sumo sacerdote” (2 Mac 4.13). Afinal, “o fato de que alguns judeus o julgaram como um apostata é irrelevante à questão de sua própria autodesignação ou identidade judaica” (GRABBE, 2002, p. 65). Cf. 1 Mac 7.5. Outro grande exemplo é Filo de Alexandria que, mesmo tendo educação grega, escrevendo em grego e estudando a filosofia grega, possui uma clara identidade judaica. Cf. MENDELSON, 1988.

56 Mesmo a “romanização”, se tomada como a influência romana nas demais culturas em um processo fluido e bidirecional, servirá para explicar certas realidades históricas aparentemente singulares. Afinal, a influência cultural na Antiguidade não se deu em uma direção única entre gregos, romanos e demais povos (gregos > romanos > demais povos), mas se deu por mútuas influências, onde se pode perceber inclusive por parte de gregos, a influência romana que marcou presença em cidades de cultura grega, tais como as da Magna Grécia: Estrabão (Geog., 6.1.253), não tendo termo melhor para exprimir a realidade que percebeu, fala que toda a região foi “barbarizada completamente” (ἐκβεβαρβάρωσθαι), com exceção das cidades de Tarento, Régio e Neápolis, expressando uma ideia que, segundo G. W. Bowersock, é um termo que descreve o que os historiadores tradicionalmente chamaram de “romanização”. Cf. BOWERSOCK, 1995, p. 3-14 [esp. 4].

57 MEYERS, 1992, p. 84.

-se, portanto, duas hipóteses. Em primeiro lugar, que o conceito de judaísmo surge em oposição ao conceito de helenismo, como dois lados de uma moeda. Em segundo lugar, que tal oposição entre helenismo e judaísmo é muito mais um discurso que uma realidade histórica, evidente pelo próprio caráter ambíguo do livro de 2 Macabeus, que é tanto uma obra judaica como helenística. Afinal, mesmo que 2 Macabeus seja a grande origem da afirmação de oposição cultural entre gregos e judeus, é, tanto em suas características gerais como na sua própria apresentação desta mesma oposição, uma clara demonstração da fusão entre a cultura judaica e a cultura helenística. Para se compreender esta ambiguidade do livro de 2 Macabeus, porém, é necessário que se contraste o mesmo com outras fontes do período, de modo que o pesquisador terá que mergulhar também em outras fontes literárias e mesmo na “arqueologia escrita”<sup>58</sup>, ou seja, moedas, inscrições e papiros, que permitem uma leitura mais distanciada e mais consciente da obra.

As fontes literárias relevantes para aquele que quiser compreender o livro de 2 Macabeus, porém não são poucas: Bíblia Hebraica, textos pseudepígrafos<sup>59</sup>, autores judaicos<sup>60</sup>, gregos e

---

58 GRABBE, 2008, p. 51.

59 Diversas obras judaicas pseudoepígrafas foram utilizadas, a exemplo de 1 Enoque, 3 e 4 Macabeus, 4 Esdras, Apocalipse de Baruque, Carta de Aristetas, Jubileus, Salmos de Salomão, Testamento de Moisés e Testamento dos Doze Patriarcas. Todas estas obras, apesar de não fazerem parte do cânon judaico (Bíblia Hebraica, cf. nota acima), são importantes como expressões de religiosidade judaica, especialmente no contato com a cultura helenística, considerando-se que são todas obras do período helenístico. A respeito das obras pseudoepígrafas, cf. ROST, 2004. Para texto e análise das mesmas, cf. CHARLES, 1913; CHARLESWORTH, 1983.

60 Certamente os principais autores judaicos do período helenístico são Flávio Josefo e Filo de Alexandria, pela grande quantidade de obras que deixaram à posteridade e pela recepção que suas obras tiveram. Acontece, porém, que uma série de fragmentos de outros autores também contribui para o estudo, a exemplo dos fragmentos de Artapanus, Ezequiel, o trágico, entre outros. Algumas coleções, como a de Carl R. Holladay (Holladay) são particularmente importantes, trazendo uma seleção destes autores.

latinos<sup>61</sup>, e até mesmo o Novo Testamento<sup>62</sup> – todos têm o que contribuir no estudo, seja apresentando o contexto ou mesmo trazendo informações adicionais aos relatos. Mas, como lidar com estas fontes? Segundo Emilio Gabba, há pelo menos três abordagens possíveis a serem aplicadas aos textos literários antigos: 1) uma abordagem centrada na reconstrução de eventos históricos; 2) uma abordagem intencionada a reconstruir os diversos aspectos da vida humana; 3) uma abordagem de análise sincrônica de tipo antropológico ou sociológico.<sup>63</sup> Estas diferentes abordagens podem ser utilizadas não somente de acordo com os diferentes tipos de fontes literárias com os quais nos deparamos, mas principalmente de acordo com os diferentes propósitos empreendidos pela própria pesquisa – afinal, mesmo que uma obra tenha intencionalidade factual, pode servir para outros propósitos, como indicar um conceito ou mesmo uma perspectiva cultural: assim, apesar de Flávio Josefo escrever como “historiador”<sup>64</sup>, tratando dos fatos que aconteceram, muitas vezes os fatos serão aquilo para o qual menos estaremos olhando.<sup>65</sup> Sendo assim, todas estas fontes servem para a recons-

61 Três coleções foram utilizadas no estudo da apresentação de autores gregos e latinos a respeito dos judeus: a obra *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism*, de Menahem Stern (1986), principal obra sobre o assunto, a coleção francesa *Textes d’auteurs grecs et romains relatifs au judaïsme* de Théodore Reinach (1895), e o livro *Jews and Christians – Graeco-Roman Views*, de Molly Whittaker (1984).

62 Muitas vezes se esquece de que o cristianismo surge como um seguimento (seita?) do judaísmo, de modo que mesmo os textos do Novo Testamento são importantes fontes para o estudo do judaísmo do primeiro século, ou seja, de um contexto helenístico posterior. Neste sentido, as obras de Geza Vermes foram particularmente importantes, apresentando os textos cristãos à luz do contexto judaico da época, e utilizando, inversamente, os textos do Novo Testamento como fontes para o conhecimento da história do judaísmo. Cf. esp. VERMES, 2015, p. 79-108. Sobre as influências judaicas no cristianismo primitivo, cf. SKARSAUNE, 2002.

63 GABBA, 1983, p. 1ss.

64 Sobre Josefo como historiador, cf. RAJAK, 2001, p. 11-37; RAJAK, 2002.

65 O vocabulário utilizado por Flávio Josefo, p.e., é particularmente importante, uma vez que colabora na identificação da história dos conceitos gregos do período helenístico, especialmente no que diz respeito ao judaísmo e as ideias que lhe constituem como unidade.

trução de crenças, intenções, práticas e mesmo expectativas<sup>66</sup>, tanto de gregos como de judeus.<sup>67</sup> Além disso, atentar para os textos originais, não se prendendo às traduções, poderá ser um diferencial em qualquer pesquisa de História Antiga.<sup>68</sup>

Assim como os textos literários, também as moedas podem trazer muita luz a respeito do judaísmo helenístico. Afinal, a importância das moedas, como indicado por Hubert Frère, não era somente econômica, mas também se dava no serviço de reforço e consolidação da autoridade de soberanos e monarcas que eram representados nas efígies das mesmas.<sup>69</sup> Também, como destacado por João Carlos Furlani, “as moedas adquirem significados que vão além de uma análise meramente econômica”, por se tornarem “difusoras de crenças, memórias, comemorações e representações daqueles homenageados em seu verso e anverso”.<sup>70</sup> Sendo assim, muitas vezes o mais importante a respeito de uma moeda não é sua datação, que raramente consta nas mesmas<sup>71</sup>, mas o propósito ideológico desta, enfatizando um

66 Trata-se de uma proposta próxima da “utilização mental” (*ouillage mental*) da “história das mentalidades” (*Histoire des Mentalités*) francesa: afinal, um de seus grandes expoentes, Lucien Febvre afirmou que seu propósito seria “inventariar em detalhes e depois recompor, para a época estudada, o material mental de que dispunham os homens desta época; através de um esforço de erudição, mas também de imaginação, reconstruir o universo, físico, intelectual, moral, no meio do qual se moveram as gerações que o precederam; tornar evidente, de um lado, a insuficiência das noções de fato sobre tal ou tal ponto; por outro lado, o estudo da natureza engendraria necessariamente lacunas e deformações nas representações que certa coletividade histórica forjaria do mundo, da vida, da religião, da política” (FEBVRE apud RAMINELLI, 1990, p. 109).

67 O uso de fontes variadas é particularmente importante neste processo: utilizar fontes gregas, p.e., permite não somente conhecer a sociedade grega e suas instituições a partir de leituras internas, mas também ver a sociedade judaica e suas instituições a partir de leituras externas, ou seja, permite ver como os gregos compreendiam as particularidades judaicas e de que modo as expressavam.

68 A atenção ao idioma original é essencial, até porque “uma língua não é nunca passível de tradução perfeita em outra, porque, para alcançar a compreensão e a expressão perfeita das mensagens comunicadas com aquela linguagem, seria preciso ser diretamente participante do mundo que se exprime naquela linguagem” (REALE, 2002, p. 46).

69 FRÈRE, 1984, p. 15.

70 FURLANI, 2017, p. 39.

71 CRAWFORD, 1983, p. 189.

aspecto ou ainda vários do poder vigente<sup>72</sup>, e que pode também indicar ruptura, continuidade ou transformação em relação às cunhagens e poderes anteriores<sup>73</sup>. Deste modo, não se deve atentar somente para aquelas moedas que supostamente datam do período da Revolta dos Macabeus<sup>74</sup>, mas também para moedas anteriores<sup>75</sup> e posteriores, de gregos, judeus e até mesmo romanos, com inscrições em grego, hebraico e mesmo latim, nas quais há representações de reis, deuses e templos<sup>76</sup>, e que podem servir para esclarecer pontos deixados obscuros pelas fontes literárias. É por isso que a numismática, como destacado por Uriel Rappaport (1984), tem sido reconhecida como “um auxílio importante

72 Cf. p.e.: HOUGHTON, 2008, nº 2309 (= SNG Spaer 2554-2558) e HOUGHTON, 2008, nº 2239 (=SNG Spaer 2411) – estas moedas, respectivamente de Antíoco VIII (HOUGHTON, 2008, nº 2309) e Alexandre II Zabinas (HOUGHTON, 2008, nº 2239) trazem elementos de imitação em relação a Antíoco IV (HOUGHTON, 2008, nº 104 = SNG Spaer 1004 = LE RIDER, 1999, nº 449-457 [A37/P274] = SNG ND 393), indicando certa valorização ideológica por parte da monarquia selêucida sobre o antigo rei.

73 Ruptura: Prutá de João Hircano (Fonte: Kunst Historisches Museum Wien, Áustria, Showcase 3, “The Maccabean Revolt”, 1B) – a moeda de João Hircano intenciona marcar a diferença entre o sumo sacerdócio judaico e as monarquias helenísticas, apresentam a inscrição “sumo sacerdote” ao invés de “rei”. Continuidade: HENDIN, 2010, nº 711 = MILDENBERG, 1984, nº 85.12, O127/R44 – apesar da moeda estabelecida durante a Revolta de Bar Kokhba ser um mecanismo de ruptura em relação ao poder romano, serve ideologicamente como meio de continuidade em relação ao judaísmo sacerdotal, utilizando o Templo de Jerusalém como símbolo representado, mesmo que este já estivesse destruído; Figura 7 – a moeda de Antíoco apresentada traz em seu reverso uma imagem semelhante à cunhagem clássica de Alexandre, o Grande, indicando uma pretensão de continuidade entre o rei macedônio e o rei selêucida, por parte deste último. Transformação: Figura 6 – a moeda de Alexandre Janneu apresentada traz tanto uma inscrição em hebraico, como os reis asmoneus que o antecederam, como uma inscrição em grego, indicando certa helenização.

74 Cf. Moeda de bronze de Antíoco IV. Fonte: Kunst Historisches Museum Wien, Áustria, Showcase 3, “The Maccabean Revolt”, 4B.

75 Cf. HENDIN, 2010, nº 711 = MILDENBERG, 1984, nº 85.12, O127/R44; e SNG Spaer 1004 = LE RIDER, 1999, nº 449-457 (A37/P274); HOUGHTON, 2008, nº 104; SNG ND 393 (? [sem datação]).

76 Diversas obras de coleções numismáticas podem ser utilizadas, a exemplo das obras de Warwick Wroth (1899), de David Hendin (2010), de Arthur A. Houghton (2008), com o apoio de Catherine C. Lorber e Oliver D. Hoover, de Leo Miltenberg (1984), de Arnold Spaer (SNG Spaer), de Georges Le Rider (1999), e de J. N. Svoronos (1904-1908). Também, considerando-se que a descoberta de novas moedas pode ser “naturalmente uma fonte em potencial de grande importância para a história do mundo antigo” (CRAWFORD, 1983, p. 187), se faz importante recorrer a pesquisas mais recentes sobre novas moedas encontradas, como o artigo de Dan Barag (2000-2002).

no estudo da história judaica clássica”, de modo que “o registro cuidadoso de moedas, a exata catalogação da evidência numismática encontrada em escavações arqueológicas”, assim como “a descrição sistemática e detalhada das moedas acumuladas e a metodologia relevante a seu estudo, a comparação de moldes e a sequência de moedas”, têm “jogado nova luz sobre a história judaica clássica”.<sup>77</sup>

Mais abundante que moedas, porém, são as inscrições que permaneceram da Antiguidade. Se sugerirmos uma quantidade de meio milhão de inscrições, como disse Fergus Millar, poderemos não estar longe de acertar!<sup>78</sup> De fato, beira o absurdo o grande número de inscrições em paredes, ossuários, templos, estátuas, e mesmo cacos, que permaneceram da Antiguidade, de modo que, quando vistos em conjunto, parecem simplesmente não ter fim! O problema, portanto, não é tanto o de se encontrar material, mas antes o de se “traçar toda a evidência relevante”<sup>79</sup>, selecionando o que pode ou não contribuir para uma pesquisa específica. Mesmo que seja trabalhoso, porém, a atenção às inscrições antigas pode ser um elemento diferencial em uma pesquisa de História Antiga. Afinal, segundo Fergus Millar, sem a consulta de inscrições, “a formulação de questões históricas precisas ou hipóteses é um exercício vazio, e que de fato não pode proceder propriamente”.<sup>80</sup>

De um número muito mais reduzido do que as inscrições são os papiros. Não se engane, porém, quem pensa que por isso são menos importantes para o estudo do judaísmo helênico! Afinal, “uma porção considerável dos papiros descobertos no Egito pertencem aos últimos três séculos a.C.”, ou seja,

77 RAPPAPORT, 1984, p. 25.

78 MILLAR, 1983, p. 80.

79 MILLAR, 1983, p. 82.

80 MILLAR, 1983, p. 82.

justamente ao período helenístico. Sendo assim, a papirologia é, como lembra Arnaldo Momigliano, “especialmente relevante para o estudo do período helenístico”.<sup>81</sup> Em relação ao estudo da relação entre helenismo e judaísmo, os papiros são particularmente importantes não somente pela existência de uma enorme comunidade judaica no Egito helenístico, mas também porque podem servir como evidência a questões bastante particulares que carecem de provas: o Papiro Oxyrhynchus (P.Oxy), p.e., é um dos poucos casos nos quais o termo grego Ἑλληνισμός aparece como designação da língua grega em seus moldes helenísticos, ou seja, enquanto indicativo do uso do grego κοινή. Já o Papiro Tebtynis (P.Tebt) No. 698, é uma das poucas provas que temos de que Antíoco Epifânio conquistou pelo menos parte do Egito por algum tempo, uma vez que contém um decreto seu aos colonos de Krokodipolite. Em ambos os casos, portanto, os papiros servem como provas cabais de fatos para os quais há uma escassez de evidências.

Todas estas fontes, que ultrapassam os livros de 1 Macabeus e 2 Macabeus e permitem que estes livros sejam vistos em seus contextos, são necessárias para um estudo aprofundado da Revolta dos Macabeus, especialmente se a pesquisa buscar se apresentar como uma *história dos conceitos*.<sup>82</sup> Afinal, para se estudar conceitos tais como os de “helenismo” e “judaísmo”, os quais estão presentes em 2 Macabeus, será necessária uma metodologia interdisciplinar, buscando delinear uma genealogia de cada conceito assim como seus significados, através de estudos

81 MOMIGLIANO, 2007, p. 784.

82 A “história dos conceitos” (alemão: *Begriffsgeschichte*) é uma proposta de estudo histórico com metodologia interdisciplinar, visando o estudo semântico histórico de conceitos e termos, ou seja, a história dos significados e do próprio desenvolvimento que um conceito teve ao longo do tempo. A respeito da metodologia da história dos conceitos, cf. KOSELLECK, 1992; 2006.

históricos, etimológicos<sup>83</sup>, filosóficos e mesmo sociológicos<sup>84</sup>, para os quais as fontes indicadas são um verdadeiro tesouro.

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, Michel (Ed.). **The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation**. Second Augmented Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

AUSTIN, Michel. The Seleukids and Asia. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). **A Companion to the Hellenistic World**. Oxford: Blackwell, 2005. (Blackwell companions to ancient history). p. 121-133.

BABOTA, Vasile. **The Institution of the Hasmonean High Priesthood**. Leiden/Boston: Brill, 2014. (Supp JSJ, 165).

188

BARAG, Dan. The Mint of Antiochus IV in Jerusalem: Numismatic Evidence on the Prelude of the Maccabean Revolt. **Israel Numismatic Journal**, Vol. 14, p. 59-77, 2000-2002.

BARCLAY, John M. G. **Jews in the Mediterranean Diaspora: From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1996.

83 O estudo etimológico é fundamental na metodologia da história dos conceitos, uma vez que, mesmo que o conceito mude completamente de significado, não abandona completamente seu significado original, uma vez que os conceitos não se formam por significados que se substituem, mas que se somam, formando um conjunto de camadas sobrepostas, mesmo que em boa medida misturadas. Cf. RUPPENTHAL NETO, 2016, p. 32.

84 Todo conceito forma-se enquanto elemento cultural, a partir não somente de uma língua específica, mas de um modo de pensar específico. Considerando-se cultura como “todas as atitudes ou aptidões apreendidas pelo homem enquanto membro de uma sociedade”, como definiu Claude Lévi-Strauss (apud TODOROV, 2010, p. 38), deve-se necessariamente entender a construção de um conceito como um acontecimento não somente cultural mas também social. Sendo assim, o estudo sociológico não se faz somente importante mas também necessário na compreensão da construção de um conceito.

BARRY, Phillips. Antiochus IV, Epiphanes. **Journal of Biblical Literature**, Atlanta, GA, Vol. 29, No. 2, p. 126-138, 1910.

BAUMGARTEN. Albert I. **Elias Bickerman as a Historian of the Jews: A Twentieth Century Tale**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010a. (Texts and Studies in Ancient Judaism, 131).

\_\_\_\_\_. Elias Bickerman on the Hellenizing Reformers: A Case Study of an Unconvincing Case. **Jewish Quarterly Review**, Philadelphia, Vol. 97, No. 2, p. 149-179, Spring 2007.

\_\_\_\_\_. Hellenism and Judaism before and after World War II: Two Case Studies – A. D. Momigliano and E. J. Bickerman. In: WEISS, Zeev et al. (Ed.). **“Follow the Wise”**: studies in Jewish history and culture in honor of Lee I. Levine. Winona Lake: Eisenbrauns, 2010b. p. 3-23.

\_\_\_\_\_. Russian-Jewish ideas in German dress: Elias Bickerman on the Hellenizing Reformers of Jewish Antiquity. In: SCHULTE, Jörg; TABACHNIKOVA, Olga; WAGSTAFF, Peter. (Ed.). **The Russian Jewish Diaspora and European Culture, 1917-1937**. Leiden/Boston: Brill, 2012. (Institute of Jewish Studies studies in Judaica, 13). p. 73-108.

189

BIAZOTTO, Thiago do Amaral; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A sabedoria bárbara e os limites da helenização: o mundo helenístico de Arnaldo Momigliano. **História da Historiografia**, Ouro Preto, No. 17, p. 244-261, abril 2015.

BICKERMAN, Elias J. **Studies in Jewish and Christian History**. A New Edition in English including The God of the Maccabees. Introduced by Martin Hengel. Edited by Amram Tropper. Leiden/Boston: Brill, 2007. (Ancient Judaism and Early Christianity, 68). 2 v.

BOWERSOCK, G. W. The Barbarism of the Greeks. **Harvard Studies in Classical Philology**, Cambridge, MA, Vol. 97, p. 3-14, 1995.

CHARLES, R. H. (Ed.). **The Apocrypha and Pseudepigrapha of the Old Testament**. Oxford: Oxford University Press, 1913. 2 v.

CHARLESWORTH, James H. (Ed.). **The Old Testament Pseudepigrapha**. Garden City, NY: Doubleday & Company, 1983. 2 v.

COHEN, Shaye J. D. Elias J. Bickerman: an appreciation. **Journal of the Ancient Near Eastern Society**, New York, Vol. 16-17, p. 1-3, 1984-1985.

\_\_\_\_\_. **The Beginnings of Jewishness: Boundaries, Varieties, Uncertainties**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999. (Hellenistic culture and society, 31).

190

CRAWFORD, Michael. Numismatics. In: CRAWFORD, Michael (Ed.). **Sources for Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (The Sources for History: Studies in the Uses of Historical Evidence). p. 185-233.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2.ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DORAN, Robert. **Temple Propaganda: The Purpose and Character of 2 Maccabees**. Washington: The Catholic Biblical Association, 1981. (The Catholic Biblical Quarterly Monograph Series, 12).

\_\_\_\_\_. The Persecution of Judeans by Antiochus IV: The Significance of “Ancestral Laws”. In: HARLOW, Daniel C. (Ed.). **The**

**“Other” in Second Temple Judaism:** Essays in Honor of John J. Collins. Grand Rapids: Eerdmans, 2011. p. 423-433.

\_\_\_\_\_. The Revolt of the Maccabees. **The National Interest**, Washington, DC, No. 85, p. 99-103, Sept./Oct. 2006.

FALBEL, Nachman. Raízes do anti-semitismo na Antiguidade e na Idade Média. In: FUKS, Saul (Coord.). **Tribunal da História, volume II:** Processos de formação da identidade Judaica e do anti-semitismo. Rio de Janeiro: Imago; Centro de História e Cultura Judaica, 2008. p. 197-227.

FELDMAN, Louis H. Hengel’s Judaism and Hellenism in Retrospect. **JBL**, Atlanta, Vol. 96, No. 3, p. 371-382, Sep. 1977.

\_\_\_\_\_. **Jew and Gentile in the Ancient World:** Attitudes and Interactions from Alexander to Justinian. Princeton: Princeton University Press, 1993.

191

FRÈRE, Hubert. **Numismática:** uma introdução aos métodos e à classificação. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GRILLO, José Geraldo Costa. Os conceitos de “helenização” e de “romanização” e a construção de uma identidade clássica. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. (Orgs.). **A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX.** Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP; Fap-Unifesp, 2014. p. 205-214.

FURLANI, João Carlos. **Gênero, conflito e liderança feminina na cidade pós-clássica:** a atuação de Eudóxia e Olímpia sob o episcopado de João Crisóstomo (397-404). 2017. 238 f. Dissertação de Mestrado (História Social) – Universidade Federal do

Espírito Santo, Vitória, 2017.

GABBA, Emilio. Literature. In: CRAWFORD, Michael (Ed.). **Sources for Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (The Sources for History: Studies in the Uses of Historical Evidence). p. 1-79.

\_\_\_\_\_. The growth of anti-Judaism or the Greek attitude toward the Jews. In: DAVIES, W. D. & FINKELSTEIN, Louis (Ed.). **The Cambridge History of Judaism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. v. 2: The Hellenistic Age. p. 614-656.

GAFNI, Isaiah M. Antiochus. In: SKOLNIK, Fred (Ed.). **Encyclopaedia Judaica**. 2.ed. Detroit/Jerusalem: Thomson Gale; Keter Publishing House, 2007. 22 v. p. 202-204 (II).

192

\_\_\_\_\_. Antiochus IV Epiphanes. In: SCHIFFMAN, Lawrence H. & VANDERKAM, James C. (Ed.). **Encyclopedia of the Dead Sea Scrolls**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 2 v. p. 29 (I).

GARCÍA MARTÍNEZ, Florentino; LUTTIKHUIZEN, Gerard P. (Ed.). **Jerusalem, Alexandria, Rome: Studies in Ancient Cultural Interaction in Honour of A. Hilhorst**. Leiden/Boston: Brill, 2003. (Supp JSJ, 82).

GEIGER, Paulo. O anti-semitismo. In: FUKS, Saul (Coord.). **Tribunal da História, volume II: Processos de formação da identidade Judaica e do anti-semitismo**. Rio de Janeiro: Imago; Centro de História e Cultura Judaica, 2008. p. 255-271.

GRABBE, Lester L. **A History of the Jews and Judaism in the Second Temple Period, Volume 2: The Coming of the Greeks: The Early Hellenistic Period (335-175 BCE)**. New York: T&T Clark, 2008. (Library of Second Temple Studies, 68).

\_\_\_\_\_. The Jews and Hellenization: Hengel and his critics. In: DAVIES, Philip R.; HALLIGAN, John M. (Ed.). **Second Temple Studies III: Studies in Politics, Class and Material Culture**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2002. (Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series, 340). p. 52-66.

GRALHA, Julio Cesar Mendonça. **A legitimidade do poder no Egito ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas**. 284 ff. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GREENSPAHN, Frederick E. Bible. In: BASKIN, Judith R. Baskin (Ed.). **Cambridge Dictionary of Judaism and Jewish Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 62-63.

GRUEN, Erich S. **Diaspora: Jews amidst Greeks and Romans**. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2004.

193

\_\_\_\_\_. Hellenism and Persecution: Antiochus IV and the Jews. In: GREEN, Peter. (Ed.). **Hellenistic History and Culture**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1993. (Hellenistic culture and society, 9). p. 238-274.

HABICHT, Christian. **The Hellenistic Monarchies: Selected Papers**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

HENDIN, David. **Guide to Biblical Coins**. 5<sup>th</sup> Edition. New York: Amphora, 2010.

HINGLEY, Richard. **O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha**. São Paulo: Annablume, 2010.

HONIGMAN, Sylvie. **Tales of High Priests and Taxes: The Books of the Maccabees and the Judean Rebellion against An-**

tiochos IV. Oakland: University of California Press, 2014.

HORSLEY, Richard A.; HANSON, John S. **Bandidos, profetas e messias**: movimentos populares no tempo de Jesus. 3ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2013. (Bíblia e sociologia).

\_\_\_\_\_. **Jesus e o Império**: O Reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2004. (Bíblia e sociologia).

HOUGHTON, Arthur A. **Seleucid Coins, A Comprehensive Guide**. Co-authored: Catherine C. Lorber and Oliver D. Hoover. New York: American Numismatic Society, 2008. Part 2: Seleucus IV through Antiochus XIII.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

194

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, No. 10, p. 134-146, 1992.

KOSMIN, Paul J. **The Land of the Elephant Kings**: Space, Territory, and Ideology in the Seleucid Empire. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2014.

KUHRT, Amélie. Berossus' *Babyloniaka* and Seleucid Rule in Babylonia. In: KUHRT, Amélie; SHERWIN-WHITE, Susan. (Ed.). **Hellenism in the East**: The interaction of Greek and non-Greek civilizations from Syria to Central Asia after Alexander. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1987. p. 32-56.

\_\_\_\_\_. SHERWIN-WHITE, Susan. Aspects of Seleucid Royal Ideology: The Cylinder of Antiochus I from Borsippa. **Journal of Hellenic Studies**, Cambridge, UK, Vol. 111, p. 71-86, 1991.

LANDY, David. **Jewish Identity and Palestinian Rights: Diaspora Jewish Opposition to Israel**. London: Zed Books, 2011.

LE RIDER, Georges. **Antioche de Syrie sous les Séleucides**. Corpus de monnaies d'or et d'argent. Paris: Institut de France, 1999. (Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, nouvelle série tome XIX). v. 1: De Séleucos I à Antiochos V, c. 300-161.

MAIRS, Rachel. Hellenization. In: BAGNALL, Roger S. et al. (Ed.). **The Encyclopedia of Ancient History**. New York: Blackwell, 2013. p. 3122-3125.

MENDELSON, Alan. **Philo's Jewish Identity**. Atlanta: Scholars Press, 1988. (Brown Judaic Studies, 161).

MEYERS, Eric M. The Challenge of Hellenism for Early Judaism and Christianity. **Biblical Archaeologist**, Vol. 55, No. 2, p. 84-91, Jun. 1992.

MILDENBERG, Leo. **The coinage of the Bar Kokhba War**. Frankfurt: Numismatics Fine Arts Intl, 1984. (Typos, 6).

MILLAR, Fergus. Epigraphy. In: CRAWFORD, Michael (Ed.). **Sources for Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (The Sources for History: Studies in the Uses of Historical Evidence). p. 80-136.

\_\_\_\_\_. The Background to the Maccabean Revolution: Reflections on Martin Hengel's "Judaism and Hellenism". In: MILLAR,

Fergus. **Rome, the Greek World, and the East**. Volume 3: The Greek World, the Jews, and the East. Edited by Hannah M. Cotton and Guy M. Rogers. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006. p. 67-90.

MITTAG, Peter. Antiochus IV Epiphanes. In: BAGNALL, Roger S. et al. (Ed.). **The Encyclopedia of Ancient History**. New York: Blackwell, 2013. p. 479-480.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Alien Wisdom: The Limits of Hellenization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. Hellenism. In: SKOLNIK, Fred (Ed.). **Encyclopaedia Judaica**. 2 ed. Detroit/Jerusalem: Thomson Gale; Keter Publishing House, 2007. 22 v. p. 784-786 (VIII).

196

\_\_\_\_\_. J. G. Droysen between Greeks and Jews. **History and Theory**, Vol. 9, No. 2, p. 139-153, 1970.

MØRKHOLM, Otto. Antiochus IV. In: DAVIES, W. D. & FINKELSTEIN, Louis (Ed.). **The Cambridge History of Judaism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. v. 2: The Hellenistic Age. p. 278-291.

\_\_\_\_\_. **Antiochus IV of Syria**. Copenhagen: Aarhus Universitet, 1966.

MORRISON, Gary. **Second Maccabees and Jewish Society: Representations of the Jewishness, Hellenism and the Interaction Between the Greeks and the Jews**. 2004. 275 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Classics Department, University of Canterbury, Canterbury, 2004.

MUSTI, Domenico. Syria and the East. In: WALBANK, F. W.;

ASTIN, A. E.; FREDERIKSEN, M. W.; OGILVIE, R. M. (Ed.). **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. v. 7, p. 1: The Hellenistic World. p. 175-220.

RAJAK, Tessa. **Josephus: The Historian and His Society**. London: Duckworth, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Jewish Dialogue with Greece and Rome: Studies in Cultural and Social Interaction**. Leiden/Boston/Köln: Brill, 2001. (Arbeiten zur Geschichte des Antiken Judentums und des Urchristentums, 48).

RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. **Revista de História**, São Paulo, No. 122, p. 97-115, jan/jul. 1990.

RAPPAPORT, Uriel. Numismatics. In: DAVIES, W. D. & FINKELSTEIN, Louis (Ed.). **The Cambridge History of Judaism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. v.1: Introduction; The Persian Period. p. 25-59.

\_\_\_\_\_. The Hellenization of the Hasmoneans. In: MOR, Menahem. (Ed.). **Jewish Assimilation, Acculturation and Accommodation: Past Traditions, Current Issues and Future Prospects**. Proceedings of the Second Annual Symposium of the Philip M. and Ethel Klutznick Chair in Jewish Civilization held on Sunday-Monday, September 24-25 1989. Lanham/New York/London: Creighton University, 1992. (Studies in Jewish Civilization, 2). p. 1-13.

REALE, Giovanni. **Corpo, alma e saúde: o conceito de homem de Homero a Platão**. São Paulo: Paulus, 2002.

REINACH, Théodore (Ed.). **Textes d’auteurs grecs et romains relatifs au judaïsme**. Réunis, traduits et annotés par Théodore Reinach. Paris: Ernest Leroux, 1895. (Fontes Rerum Judaicarum, I).

ROST, Leonard. **Introdução aos livros Apócrifos e Pseudepígrafos do Antigo Testamento e aos manuscritos de Qumran**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2004. (Nova Coleção Bíblica).

ROSTOVITZ, Mikhail. **Social and Economic History of the Hellenistic World**. Oxford: Clarendon Press, 1941.

RUPPENTHAL NETO, Willibaldo; FRIGHETTO, Renan. Um símbolo da diferença: pertença, violência e resistência na circuncisão judaica. **Estudos Teológicos**, v. 57, n. 2, p. 426-443, 2017.

RUPPENTHAL NETO, Willibaldo. O conceito de *nefesh* no Antigo Testamento. **Vox Scripturae – Revista Internacional de Teologia**, São Bento do Sul, Vol. 24, No. 1, p. 31-53, 2016d.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu**. São Paulo: Benvirá, 2011.

\_\_\_\_\_. **A invenção da terra de Israel**. São Paulo: Benvirá, 2014.

\_\_\_\_\_. **Como deixei de ser judeu**. São Paulo: Benvirá, 2015.

SHERWIN-WHITE, Susan. A Ritual for a Seleucid king at Babylon? **Journal of Hellenic Studies**, Cambridge, UK, Vol. 103, p. 156-159, 1983.

\_\_\_\_\_. Seleucid Babylonia: a case study for the installation and development of Greek rule. In: KUHRT, Amélie; SHERWIN-WHITE, Susan. (Ed.). **Hellenism in the East: The interac-**

tion of Greek and non-Greek civilizations from Syria to Central Asia after Alexander. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1987. p. 1-31.

SKAURSAUNE, Oskar. **In the Shadow of the Temple: Jewish influences on Early Christianity.** Downers Grove: InterVarsity Press Academic, 2002.

SMITH, Mark S. **O memorial de Deus: História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel.** São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção biblioteca de estudos bíblicos).

SMITH, Morton. Elias J. Bickerman. **Proceedings of the American Academy for Jewish Research**, Vol. 50, p. xv-xviii, 1983.

[SNG ND] **Sylloge Nummorum Graecorum, Great Britain.** Oxford: Oxford University Press, 1936. Volume I, Part 2: The Newnham Davis Coins in the Wilson Collection of Classical and Eastern Antiquities, Marischal College, University of Aberdeen.

[SNG Spaer] **Sylloge Nummorum Graecorum, Israel.** Edited by Arnold Spaer & Arthur Houghton. With the assistance of Catherine Lorber. Jerusalem/London: Italo Vecchi Limited, 1998. v. 1: The Arnold Spaer Collection of Seleucid Coins.

SORJ, Bernardo. Identidade judaica, diversidade e unidade. In: FUKS, Saul (Coord.). **Tribunal da História, volume II: Processos de formação da identidade Judaica e do anti-semitismo.** Rio de Janeiro: Imago; Centro de História e Cultura Judaica, 2008. p. 323-339.

STERN, Menahem. (Ed.). **Greek and Latin Authors on Jews and Judaism.** Edited with Introductions, Translations, and Commentary by Menahem Stern. Jerusalem: The Israel Acade-

my of Sciences and Humanities, 1976. (Fontes Ad Res Judaicas Spectantes). v. 1: From Herodotus to Plutarch.

STERN, Yedidia Z. **Religion, state, and the Jewish Identity crisis in Israel**. Washington: Center for Middle East Policy; Brookings, 2017.

SVORONOS, J. N. **TA NOMISMATA TOY KRATOYΣ TΩN ΠΤΟΛΕΜΑΙΩΝ**. Athens: Π. Δ. ΣΑΚΕΛΛΑΡΙΟΥ, 1904-1908. 4 v.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VAN HENTEN, Jan Willelm. Jewish Martyrdom and Jesus' Death. In: FREY, Jörg; SCHRÖTER, Jens. (Hg.). **Deutungen des Todes Jesu im Neuen Testament**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005. (Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament, 181). p. 139-168.

200

\_\_\_\_\_. Maccabees, Books of. In: BAGNALL, Roger S. et al. (Ed.). **The Encyclopedia of Ancient History**. New York: Blackwell, 2013. p. 4198-4200.

\_\_\_\_\_. Noble Death in Josephus: Just Rhetoric? In: RODGERS, Zuleika. (Ed.). **Making History: Josephus and Historical Method**. Leiden/Boston: Brill, 2007. (Supp JSJ, 110). p. 195-218.

\_\_\_\_\_. **The Maccabean Martyrs as Saviors of the Jewish People: A Study of 2 and 4 Maccabees**. Leiden: Brill, 1997. (Supp JSJ, 57).

\_\_\_\_\_; AVEMARIE, Friedrich. **Martyrdom and Noble Death: Selected Texts from Graeco-Roman, Jewish and Christian antiquity**. London/New York: Routledge, 2002. (The context of early Christianity).

VERMES, Geza. **Jesus e o mundo do judaísmo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. (Bíblica Loyola, 17).

\_\_\_\_\_. **Ressurreição: história e mito**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2013.

VRANIĆ, Ivan. The “Hellenization” Process and the Balkan Iron Age archaeology. In: JANKOVIĆ, Marko A.; MIHAJLOVIĆ, Vladimir D.; BABIĆ, Staša. (Ed.). **The Edges of the Roman World**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 33-47.

WEITZMAN, Steven. Josephus on How to Survive Martyrdom. **Journal of Jewish Studies**, Oxford, Vol. 55, No. 2, p. 230-245, Autumn 2004.

\_\_\_\_\_. **The Origin of the Jews: The Quest for Roots in a Rootless Age**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2017.

201

WHITTAKER, Molly (Ed.). **Jews and Christians: Graeco-Roman Views**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WILL, Édouard; ORRIEUX, Claude. **Ioudaïsmos-hellénismos: Essai sur le judaïsme à l'époque hellénistique**. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1986.

WOOLF, Greg. The unity and diversity of Romanisation. In: BLAGG, Thomas; MILLETT, Martin. (Ed.). **The Early Roman Empire in the West**. Oxford: Oxbow Books, 1990. p. 349-352.

WROTH, Warwick. **A Catalogue of the Greek Coins in the British Museum, Vol. 20: Galatia, Cappadocia, and Syria**. London: Printed by Gilbert and Rivington, Ltd., by the Order of the Trustees of the British Museum, 1899.

YOUNG, Rodger C. When did Jerusalem fall? **Journal of the Evangelical Theological Society**, Vol. 47, No. 1, p. 21-38, March 2004.

ZSENGELLÉR, József. Maccabees and Temple Propaganda. In: XERAVITS, Géza G. & ZSENGELLÉR, József (Ed.). **The Books of the Maccabees: History, Theology, Ideology**. Papers of the Second International Conference on the Deuterocanonical Books, Pápa, Hungary, 9-11 June, 2005. Leiden/Boston: Brill, 2007. p. 181-195.